

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

A LEI FEDERAL 10639/03: UMA INTERVENÇÃO NA ESCOLA

MARCIA CONCEIÇÃO CARRINHO MUNIZ

Florianópolis

2016

MARCIA CONCEIÇÃO CARRINHO MUNIZ

A LEI FEDERAL 10639/03: UMA INTERVENÇÃO NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Apresentado como requisito final obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora Rochelle Santos

Florianópolis

2016

MARCIA CONCEIÇÃO CARRINHO MUNIZ**A Lei Federal 10639/03: Uma Intervenção na Escola**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em: _____/dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Nome: _____ Ass.

Membro

Nome: _____ Ass.

Membro

Nome: _____ Ass.

Membro

Dedico este trabalho de pesquisa a todas e todos que incansavelmente lutaram pelo fim da discriminação, pelo fim dos preconceitos, e que sua luta tenha modificado um pouco o pensamento de muitos adultos e que estes tenham conseguido modificar as/os nossas/os jovens

AGRADECIMENTOS

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, agradeço a todas e todos que de uma forma ou outra me fizeram ir em busca de mais conhecimento, e que nesta busca encontrei uma parte importante de um quebra cabeça que completou uma nova visão sobre o que significa educar, sobre o que significa lutar por uma causa e que apesar de todos os obstáculos ela vale a pena. Esta incessante busca me fez sentir um ser humano bem melhor, livre de amarras, livre de pensamentos que fazem sofrer e tentando, na medida do possível, livre dos preconceitos. Obrigada!

O projeto de vida dos jovens negros só será viável dentro de uma política educacional que reconheça a formação étnica deste país e valorize os padrões culturais das etnias.
Raquel de Oliveira

RESUMO

Este Trabalho tem como objetivo apresentar o tema étnico racial na escola que atuei como Assessora de Direção. Início com a Lei Federal 10639/03 que tem o intuito de dar visibilidade às questões afro quando estabelece que as escolas estaduais, municipais e particulares devem incluir a História da África e dos Afro Descendentes nos currículos escolares. O interesse de trabalhar as questões étnico-raciais na Escola de Educação Básica Professora Francisca Alves Gevaerd surgiu a partir do momento em que, fazendo um estudo do PPP (Projeto Político Pedagógico da escola), percebi que a Lei 10639/03 não era contemplada. A intenção então foi sensibilizar os educadores/as a trabalhar a questão racial como um conteúdo interdisciplinar durante o ano letivo e não somente esporadicamente ou em disciplinas isoladas. Muito já se escreveu sobre o tema das africanidades, mas o que venho aqui propor é justamente levar para a escola este pensar sobre as questões relativas ao respeito e valorização da cultura negra. Que essa intervenção na escola venha a alavancar um Projeto Interdisciplinar onde toda a comunidade escolar possa participar efetivamente e tendo condições de intervirem na realidade que os rodeia, transformando-a em um lugar de inclusão e de direitos.

Palavras-chave: Lei Federal 10639/03. Formação Educadoras/es. Projeto Interdisciplinar.

ABSTRACT

This work has the objective of presenting the ethnic racial theme into the school the author acted as Direction Adviser. I start with the Federal Law 10639/03, which aims to give visibility to this theme by establishing that private, municipal and state schools should include the History of Africa and the Afro-descendants into the school curriculum. The interest to work with the Ethnic Racial issue in the Francisca Alves Gevaerd School of Basic Education emerged in the moment that I realized, after studying the PPP (Political and Pedagogical Project), that the Federal Law 10639/03 wasn't being contemplated. The intention is to sensitize the educators to work the racial issue as an interdisciplinary theme to be discussed throughout the year, not only as a sporadic or isolated theme. A lot has been written about Africanities, but what I want to propose is to take this discussion about respect and valorization of the black culture to the school. This intervention wants to impel an Interdisciplinary Project where the whole school community would be able to effectively participate with the conditions to intervene in it's own reality, transforming it in a place of rights and inclusion.

Keywords: Federal Law 10639/03; Educator's Formation; Interdisciplinary Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Associação de Pais e Professores

CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

EEB – Escola de Educação Básica

EMI – Ensino Médio Inovador

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IEG – Instituto de Estudos de Gênero

NEPRE – Núcleo de Educação e Prevenção

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1.....	13
CAPÍTULO 2.....	21
CAPÍTULO 3.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36
ANEXOS.....	38

INTRODUÇÃO

Escolhi o tema étnico racial por ser um assunto que venho trabalhando desde 2004, com a Lei Federal 10639/03¹ que trata da obrigação das escolas públicas e particulares de trabalharem com a História da África e seus descendentes na América. Considerando que atuei em diversas escolas como professora de História, conforme minha graduação, com projetos que tinham o objetivo de dar visibilidade às questões afro, assim como tentar diminuir e combater o racismo, o preconceito e a discriminação, me sinto apta a tratar desse tema ao longo desse trabalho. A introdução da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo do Ensino Fundamental e Médio significa incluir a questão racial como objeto de estudos e reflexão de acordo com a Lei Federal 10639/03. Esta lei representa um passo importante no caminho de uma pedagogia e de uma didática que valorizem a diversidade étnico-racial presente no Brasil.

De acordo com o Caderno Gênero e Diversidade na Escola (2012), não é mais possível delegar ao/a educador/a negro/a militante ou ao/a professor/a de História a tarefa de alterar a realidade educacional em relação à temática étnica racial, assim como sabemos que nem todas/os foram preparadas/os para trabalhar o tema. É diante destes dados que a direção da escola a qual me incluo, proporcionou aos/às professores/as uma parada pedagógica de quatro horas nas dependências desta Unidade Escolar. Esses profissionais usaram o horário de planejamento para uma tarde de estudos. Participaram previamente de uma pesquisa sobre o conhecimento da Lei Federal 10639/03 com o intuito de se apropriarem desses conteúdos e reelaborarem as concepções sobre as questões étnico-raciais. O combate ao racismo e à discriminação também se faz na escola e, para isso, é necessário que educadores/as entendam que esta é uma questão que não diz respeito apenas àqueles/as que são discriminados/as, mas à escola como um todo, em sua função de educar para um mundo menos desigual, menos discriminatório e mais justo.

No primeiro capítulo apresento uma investigação sobre as relações étnico-raciais na escola, através da pesquisa bibliográfica, buscando conceitos que venham a dar um suporte metodológico para que haja uma intervenção junto as educadoras/es. No segundo capítulo deste trabalho exponho a proposta de uma intervenção pedagógica para as/os professoras/es da Escola de Educação Básica Professora Francisca Alves Gevaerd. Proposta esta que teve

¹ A Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira nas Escolas Públicas Municipais, Estaduais e Particulares de Ensino.

como objetivo incentivar o corpo docente a estudar e fazer cumprir a Lei Federal 10.639/03, que está incluída no PPP (Projeto Político Pedagógico)² mas que não é aplicada. Que a aplicação venha para que possamos valorizar as pessoas com todas suas semelhanças ou não, mas com direitos equivalentes. Temos que perceber que é preciso valorizar a diversidade para superar as desigualdades étnico-raciais. Para esta intervenção as/os professoras/es receberam previamente um questionário com o objetivo de descobrir se a escola em que atuam prioriza uma educação etnocêntrica ou antirracista. Esclareço aqui que retirei o questionário do “Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro: Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar” da autora Rosa Margarida de Carvalho Rocha³.

O objetivo então será o de mobilizá-las/os para que neste dia se delineie um projeto a ser desenvolvido por toda a comunidade escolar. A escola precisa se organizar para demonstrar a todos a importância da pluralidade racial na sociedade (HENRIQUES e CAVALLEIRO, 2005, p. 12) e assim as/os educadoras/es devem contemplar a discussão da diversidade racial, discutir os problemas sociais e as diferentes proporções em que atingem os grupos raciais. Devemos tratar a História da África com a mesma relevância dada a outros processos históricos, e perceber a diversidade deste grande continente com suas cores, seus dialetos, sua fome, doenças, suas formas de governos, a exploração e a grandiosidade de um povo que tem descendências aqui no Brasil. Proponho lançar um novo olhar sobre a importância do estudo sobre africanidades, posto que é um desafio que nós educadores/as teremos para que se possa revitalizar a autoimagem do povo afro-brasileiro a partir da História Africana. Assim como valorizar o pertencimento racial e sensibilizar para uma prática menos excludente. Uma educação voltada para o ser cidadão, que respeite e seja respeitado, que conheça seus direitos, deve ser nosso objetivo e este é um projeto que não deve receber um ponto final, mas que fique aberto a muitos diálogos.

Para o terceiro capítulo, relato a experiência vivida e obtida com a intervenção, baseada na necessidade de se mudar esse jogo onde a violência racial escolar é real. Pois, na fala de Henriques e Cavalleiro (2005, p. 13), a violência racial na escola ainda não é computada como exercício de violência real. Na verdade, continuam os autores (2005, p. 13), uma obra sobre a superação do racismo na escola será sempre um libelo contra uma das mais perversas formas de violência perpetradas cotidianamente na sociedade brasileira. A violência racial escolar atenta contra o presente, deforma o passado e corrói o futuro. E para que

² Projeto Político Pedagógico, elaborado pela Comunidade Escolar da E. E. B. Professora Francisca A. Gevaerd.

³ ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

tenhamos sucesso devemos disponibilizar suporte metodológico para um estudo da Lei 10639/03, primeiramente ao corpo docente e posteriormente a toda comunidade escolar.

CAPÍTULO 1

A LEI FEDERAL 10639/03: O QUE SE FALA A RESPEITO?

A palavra “social” incomoda-me muito. Quando dizem que a questão do negro é uma questão social, o que quer dizer “social”? As relações de gênero são uma questão social; a discriminação contra o portador de deficiência é uma questão social; a discriminação contra o negro é uma questão social. Ora, o social tem nome e endereço. Não podemos diluir, retirar o nome, a religião e o sexo e aplicar uma solução química. O problema social tem de ser atacado especificamente.

*Kabenguele Munanga*⁴

Trabalhar a Lei Federal 10639/03 nas escolas é obrigação de todas/os, no entanto isso não ocorre comumente. Quem tem esta preocupação na maioria das vezes é a/o professora/o de história por conta de um currículo que hoje vem estampado nos livros didáticos. Mas fica somente nesta disciplina e nos capítulos que estão contemplados nesses livros e muitas das vezes nem são trabalhados. O que ocorre é que são deixados de lado, por medo, por não achar interessante, por não ter segurança e fica sempre para depois, está pronto, não se fala mais em africanidades, em racismo, em preconceito...

Esses conceitos vêm ao encontro do que a/o professora/o deseja que sua/seu aluna/o aprenda e na escola trabalha-se muito com a democracia racial que foi colocada por Guimarães (2002, p. 66) como ideias que foram traduzidas como “democracia racial” e ganharam, por um bom tempo, pelo menos dos anos 1940 até os 1960, a conotação de um ideal político de convivência igualitária entre brancos e negros. Mas, sabemos que essa ideia é insuficiente para os enormes problemas que advém do que ficou marcado como um país de brancos, negros, pardos e indígenas que vivem em harmonia. Isso será fortemente contestada pelo Movimento Negro Unificado⁵ da década de 70 colocando-o como o mito da democracia racial, desmistificando as teorias de harmonização e combatendo fortemente ao longo de sua história todas as formas de manifestações preconceituosas e discriminatórias praticadas.

Vejamos, em uma sociedade que historicamente passa essas informações dificilmente os sujeitos terão outros pensamentos ou visão da realidade, e assim os conteúdos vão sendo passados de acordo com o que a maioria ou a elite pensante quer que ocorra. Existe também um medo por parte dos educadores de falar sobre o negro, de pronunciar a palavra “negro” e

⁴ MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

⁵ Mais informações em: <http://mnu.blogspot.com.br/>. Acesso em 14 de novembro de 2016.

vai ficando para depois ou, como já dito, para a disciplina de História. Portanto, é de extrema urgência que se prepare as/os educadoras/es para que falem sobre os negros, sobre as negras, que se mostre a realidade do Brasil e suas deficiências nas questões étnico-raciais. Que se fale sobre o preconceito que tantas pessoas sofrem por conta de um passado e presente excludente. Quando me refiro a negros e negras, não posso me furtar de ressaltar as interseccionalidades – a qual faço uma breve referência mais adiante neste capítulo – como ser negra, mulher e trabalhadora num país onde há tanta discriminação, as mulheres são duplamente ou triplamente afetadas.

Trabalhar a Lei Federal 10639/03 nas escolas não é modismo, é obrigação, é direito e dever de quem educa. Para tanto, Maggie (2008, p. 31) chama atenção quando fala que é através da Lei 10639/03 que devemos orientar nossas/os professoras/es para um estudo mais apurado sobre africanidades e a importância de ensinar às/aos nossas/os educandas/os a História da África e de seus descendentes na América. Neste diálogo com Maggie, ela nos fala sobre o Conselho Nacional de Educação⁶, órgão de regulação da educação nacional, que aprovou as Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2003). A Lei n. 10.639, de 2003, foi reformulada em 2008, resultando na Lei n. 11.645/2008⁷, incluindo a história dos povos indígenas, além da história da África. As Diretrizes Curriculares são um documento resultante de grupos de trabalho que tiveram como objetivo uma política educacional que objetiva ensinar aos estudantes a história da África e da cultura brasileira. Essas políticas acabam por encorajar uma educação ou reeducação que quer transformar os cidadãos em pessoas orgulhosas de seu pertencimento étnico-racial.

É por conta da Lei Federal 10639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais, que ainda não foram implantadas em todas as escolas, que venho com a proposta de fazer uma intervenção na Escola de Educação Básica Professora Francisca Alves Gevaerd, com o objetivo de que sejam efetivamente implantadas e praticadas dentro desta escola um currículo que venha ao encontro da necessidade da população negra, dando-lhe visibilidade e respeito. E aqui cito novamente Maggie (2008, p. 35), quando nos coloca que as propostas de reparação à população negra presentes nas políticas de ações afirmativas sejam implantadas, ainda que as discussões sobre as relações étnico-raciais sejam inconclusas, pois entende que a escola é um espaço privilegiado de poder. Sendo assim temos que deixar os medos e nos

⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educa%C3%A7%C3%A3o/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 31 de outubro de 2016.

⁷ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em 31 de outubro de 2016.

encorajar para que possamos, através das discussões e das práticas, influenciar o meio escolar e tentar mudar a ordem estabelecida de domínio branca. Não venho aqui me confrontar de forma nenhuma com uma luta entre brancos e negros, venho sim tentar mostrar um trabalho cujo tema étnico racial é assunto que venho estudando e trabalhando nas diversas escolas em que já trabalhei, considerando que atuei como professora de História com projetos que tiveram o objetivo de dar visibilidade às questões afro, assim como tentar diminuir e combater o racismo, o preconceito e a discriminação.

Neste ponto, trago a proposta de intervenção pedagógica junto às/às professoras/es da Escola de Educação Básica Francisca Alves Gevaerd. Esta proposta teve como objetivo incentivar o corpo docente a estudar e fazer cumprir a Lei Federal 10.639/03, que está incluída no Projeto Político Pedagógico, mas não era aplicada. Objetivou também que sensibilizar o corpo docente no sentido de valorizar as pessoas com todas suas semelhanças ou não, mas com direitos equivalentes. Assim como escreve Lopes (2005, p. 189) quando diz que construir uma nação livre, soberana e solidária, onde o exercício da cidadania não se constitua como privilégio de uns poucos, mas direito de todos, deve ser a grande meta a ser perseguida por todos os segmentos sociais.

Mas para que isso venha a ocorrer em uma escola, temos que nos despojar de nossos preconceitos que historicamente carregamos e levamos como bagagem por tanto tempo. Sabemos que não basta mostrarmos a história de discriminação que sofrem os descendentes africanos na América por conta de um passado de muito sofrimento, mas sim com nossas atitudes mudar nossos comportamentos. Certamente é de extrema importância desenvolver um projeto cujo tema deve ser a Lei Federal 10639/03, desconhecida por grande parte dos educadores/as. Lopes (2005, p. 189) nos ajuda neste dialogo quando nos diz que a escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devam começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. Assim, quero com este TCC, propor ao/à professor/a que a tarefa de trabalhar as questões de racismo, preconceito e discriminação fará com que nossos/as alunos/as encontrem seus caminhos para uma vida onde se perceba que direitos são construídos de acordo com cada sociedade, com novos olhares e com a valorização de toda a comunidade escolar.

Nesta caminhada, que vou fazendo no dia-a-dia, procurando entender a diversidade étnica, as diversas concepções de racismo, o que é certo e o que é errado, das falas dos movimentos negros, dos diversos autores que tentam justificar o porquê do preconceito, da

discriminação ao outro, aos que são inferiores ou superiores, é que desenvolvi este trabalho de pesquisa e intervenção. Essa minha ânsia de conhecimento, de entendimento, é aliviada justamente pela fala desses autores que hora estou descrevendo, como Munanga (2004, p. 52), para o qual parece ser simples definir quem é negro no Brasil. Mas, segundo ele, em um país que desenvolveu o desejo de branqueamento – como já citei acima com o mito da democracia racial, através da fala de Guimarães (2002, p. 67) – não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que incorporaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso.

Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. Percebo que os conceitos variam de autor para autor, sei que é muito complicado conceituarmos quem é negro, quem não é negro e que ainda há muito que se pesquisar e que tenho que continuar minhas leituras com diversos autores para que possa minimamente começar a entender estas questões que devem ser discutidas o tempo todo. Munanga discute estas identidades por conta das cotas, que para ele são uma medida transitória, necessária para acelerar o processo de escolarização não apenas de negros, mas também dos brancos pobres que têm o direito às cotas. E, certamente, as ações afirmativas são assuntos que devemos trabalhar exaustivamente nas salas de aula, inclusive por conta de um preconceito muito grande de nossos educadores e educandos. Por isso, volto a ressaltar a importância de se estudar a Lei Federal 10639/03, pois somente com a obrigatoriedade conseguiremos dar visibilidade ao assunto racismo. Racismo esse que pode ser apresentado como um preconceito de raça que, como está sendo pesquisado, foi uma ideia historicamente determinada pela ciência, classificando as pessoas pela aparência, pela cor e se mantém por repetição, ignorância, por reforçar estereótipos e/ou por ainda se acreditar no então famoso mito da democracia racial. De acordo com Sant’Ana (2008, p. 62), todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado. O racismo entre os seres humanos foi surgindo e se consolidando aos poucos e para que se possa elevar o nível de consciência somente falando muito, maciçamente, assim como penso que a visibilidade deve acontecer, pois o que é visível é mais difícil de negar. Saber que o racismo existe já é um começo para as mudanças.

Certamente é de extrema importância o debate nas escolas sobre as questões aqui tratadas, pois existe um total desconhecimento da Lei Federal 10639/03, que dirá de temas

como raça, racismo, etnicidade. Todos nós temos muita dificuldade para entender esses conceitos, por isso os estudos são tão importantes e para que seja minimizada a ignorância temos que obter o conhecimento através das leituras dos diversos especialistas e suas opiniões a respeito.

Há um espaço muito aberto quando se quer falar sobre racismo, sobre preconceito, sobre a lei 10639/03 e não posso deixar de pensar nas interseccionalidades, esse cruzamento entre ser negra e mulher e suas consequências, pois nas lutas reivindicatórias dos movimentos sociais por direitos e visibilidade estão as mulheres, as mulheres negras, com uma carga enorme de segregação e injustiça. E aqui entram as categorias raça, gênero e etnia, que operam no cotidiano escolar e que se fazem presentes sem que se perceba, pois, como são invisíveis, existe uma negação de que estas categorias se conflitem.

Quando me propus a desmistificar, ou melhor, a diminuir preconceitos na escola com um projeto de intervenção foi justamente com o objetivo de mostrar como historicamente certas categorias merecem estudos e um novo olhar. É diante disso que Giacomini (2006, p. 121), em seu estudo sobre as mulheres negras e mulatas, percebe a discriminação que o termo “mulata” sofreu e ainda sofre no imaginário brasileiro como a mulher sensual, boa para sambar, objeto de desejo. Afinal, não têm sido as mulheres negras e mulatas, no imaginário brasileiro, símbolo da sensualidade e espaço de projeção da dominação (do desejo) do homem branco? É essa percepção que temos que explorar, e quando digo explorar, digo deixar visível, e concluir uma história de desigualdades, de subordinação, mas também de muita luta. Assim vejo que a Lei Federal 10639/03 também proporciona esta busca incessante pelo fim da discriminação da mulher negra e, nesta busca, percebo um sentimento e a quase certeza de que estou desconstruindo uma imagem, como escreveu Giacomini (2006, p. 138), de que ser negra é ser objeto de desejo. Também Figueiredo (2015, p. 152) reforça esta ideia dizendo que o que importa agora é desconstruir a imagem da mulata faceira, sexualizada, construindo assim a imagem de uma mulher negra orgulhosa de si e, portanto, valorizada.

Nas questões de negritude venho trabalhando na escola com muito afinco, com muitos estudos para que possa transmitir confiança e conseguir argumentos fortes para uma mudança de atitude, de consciência e de empoderamento. De acordo com os estudos feitos por Stolk (2015, p. 93), países europeus como Espanha e Portugal enriqueceram e se tornaram no século XVI grandes potências por conta da dominação de povos na América e essa dominação veio com profunda carga de preconceito contra os nativos, pois a imposição religiosa estava acima de qualquer caráter de bondade e compreensão. A exploração da terra por parte dos colonizadores, a imposição de uma religião e a submissão do povo foi a mais bárbara e brutal.

E foi nesta sociedade colonial que o corpo sexuado se tornou fundamental na estruturação de uma cultura que deveria seguir os preceitos europeus de moral e ética.

É sobre este corpo sexuado que a autora Stolk discorre, nos mostrando como a Igreja, juntamente com o poder do Estado, interfere nas relações desta sociedade e nas formas como usam deste poder para imporem o controle da sexualidade. São as mulheres as mais atingidas, pois são elas que geram vidas, são elas que são extremamente vigiadas e exploradas. Dois lados distintos que se contrapõem: as mulheres nativas que são alvo fácil do colonizador, e as mulheres dos colonizadores que vinham para um mundo novo e deveriam ser vigiadas cuidadas e submetidas. Podemos entender este momento quando Stolk (2015, p. 92) diz que:

O código moral universalista da Igreja Católica, reforçado pela Contrarreforma, associou explicitamente virgindade e castidade femininas, honra familiar e proeminência social, sempre de acordo com a doutrina religiosa da limpeza de sangue. Essa doutrina estruturou política, moral e simbolicamente as identidades e hierarquias sociais, bem como os seus modos de reprodução, mas também estabeleceu novos dilemas políticos e conceituais na sociedade colonial emergente.

É importante entender que a religião foi uma das mais fortes forças para moralizar os costumes por parte de quem veio explorar a terra e os povos que aqui encontraram, mas foram as mulheres indígenas as que mais sofreram com os abusos sexuais impostos pelo colonizador, conseqüentemente sujeitas aos diversos tipos de doenças, assim como a destruição da organização familiar já existente. Ainda de acordo com Stolke (2015, p. 93), “foi a mestiçagem o resultado da exploração sexual das indígenas e mais tarde das africanas, formando um confuso mosaico humano, e criando assim uma sociedade marcada pela desigualdade socioeconômicas e legais e por diferenças étnicas”. A América portuguesa ficou marcada pela mestiçagem por filhos e filhas de colonos que eram jogados no mundo como filhos bastardos carregados e carregadas de discriminação.

Em contraponto com esses filhos que nasciam e tinham que continuar sua caminhada, estavam as mulheres de linhagem que tinham a obrigação de manterem-se puras para que, com seus casamentos, gerassem filhos legítimos que mais tarde assumiriam os cargos políticos e econômico da Colônia, ou seja, os cargos de poder. Independente das visões dos colonizadores de escravizar os indígenas ou não, por diversas razões, e aceitar a escravização do africano, o que fica para refletirmos foi a forma brutal às quais as mulheres foram submetidas sendo violentadas em nome de um (suposto) desenvolvimento e tendo filhos e

filhas que seriam estigmatizados para sempre assim como as gerações que se seguiram também.

Os homens foram os guardiões das mulheres, da sexualidade dessas mulheres, onde quem tinha linhagem tinha mais chance de viver e conviver neste mundo tão desigual e quem estava à margem teria que, conseqüentemente, sofrer todo tipo de discriminação por não ter nascido nesta terra filho de mãe e pai. Assim, tiveram que sobreviver sendo filhos bastardos, filhos e filhas do abuso sexual que mulheres sofreram por parte de homens. Neste processo histórico de formação da sociedade brasileira, as mulheres negras foram e continuam a ser discriminadas. Não poderia ir adiante nas minhas pesquisas sem mostrar a pesquisa de Stolke (2015, p. 95) e sua importância para entendermos estas interseccionalidades presentes no nosso dia a dia. E assim continuo afirmando que o objetivo de minhas pesquisas neste momento é o de trabalhar as questões étnicas raciais na escola sem esquecer de interseccionar raça, etnia e gênero.

Este trabalho de pesquisa, como já dito, teve a finalidade de levar ao conhecimento da comunidade escolar da E. E. B. Professora Francisca Alves Gevaerd a Lei Federal 10639/03, lei esta que veio para corrigir a ausência da História da África e dos afrodescendentes na escola. Assim, o projeto objetivou promover o respeito e a valorização das diversas etnias pelas quais é composta o povo brasileiro. Temos que reinventar a nossa história a partir de outros olhares e é na escola que se deve estudar as questões étnico-raciais, conseguindo assim promover a equiparação, com ações que venham a diminuir e, quiçá, extinguir os silêncios e a negação de que não existe racismo e que todas/os são iguais.

Então, mito da democracia racial, interseccionalidades, racismo, ações afirmativas, são conceitos que tínhamos como objetivo desenvolver com muita precisão na escola Gevaerd e, para tal, iniciarmos um projeto pedagógico se fez necessário e urgente. Piovesan (2015, p. 58) trabalha as ações afirmativas não somente pelo prisma retrospectivo, no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório, mas também prospectivo no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade. E é esta nova realidade que pretendi desafiar com este estudo. As ações afirmativas objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos.

Piovesan (2015, p. 57) nos coloca que as ações afirmativas são marcadas por dilemas de políticas públicas a favor ou contra e que os direitos humanos não são um dado, ou um aceite ou não aceite, que as violações, as exclusões, as discriminações, as tolerâncias, os racismos, as injustiças raciais são construídos historicamente e que deve urgentemente ser

desconstruídos e para que isso ocorra é emergencial a adoção de medidas emancipatórias para transformar este legado de exclusão étnico-racial e compor uma nova realidade. Vejo que de nada adianta termos tantas leituras se não forem para que possamos disseminar este conhecimento. As ações afirmativas vieram para ficar e para serem respeitadas e cumpridas. São políticas públicas que estão aí e que devem fazer parte desta sociedade que nega o feminismo, que nega a negra/o, o pobre o homossexual.

Acredito que consegui enumerar um pouco do que deveria ser feito na Escola Gevaerd e no seu Projeto Político Pedagógico. O tema das africanidades não deve ficar somente nas aulas de História, não deve ser folclorizado nas aulas de Arte, não deve ser analisado nas aulas de Ensino Religioso e Sociologia, não deve ser apenas comentado na sala de professores, mas sim estar em todo o currículo, pois temos a obrigação de combater o racismo e promover a igualdade étnico-racial dentro e com a comunidade escolar.

CAPÍTULO 2

UMA INTERVENÇÃO NA ESCOLA PROFESSORA FRANCISCA ALVES GEVAERD

Neste capítulo faço um breve histórico do local onde está inserida a escola que hora trabalho como Assessora de Direção. A E. E. B. Professora Francisca Alves Gevaerd está localizada na Rua Nagib Correia, nº 55, no Bairro da Barra, Município de Balneário Camboriú – SC. Esta foi a primeira escola pública construída no bairro e denominava-se Escola Isolada da Barra, construída pelo Governo do Estado de Santa Catarina. O prédio atual situa-se a 800 metros do Centro Cultural e da Igrejinha de Santo Amaro, oficialmente Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, primeira igreja do município, cujo início da construção ocorreu em 1849 e foi inaugurada em 1863⁸.

A igreja foi construída por mãos escravas (na época de 1863), com óleo de baleia, conchas e areia em sua argamassa. Um importante lugar a ser visitado pelo turismo histórico e cultural. Ao atravessar o Rio Camboriú, chega-se ao Bairro da Barra, o qual foi criado em 11 de agosto de 1894, e era conhecido pelos antigos moradores como Distrito de Paz da Barra. Em 1959 criou-se o Distrito da Praia de Camboriú, tendo como sede o bairro da Barra. Em 1964, com a criação do Município de Balneário Camboriú, o bairro sofreu um declínio, pois teve sua sede transferida e com isso seu ritmo de desenvolvimento diminuiu.

Na década anterior a 1960, havia somente pequenos armazéns e neles encontravam-se produtos alimentícios, instrumentos para a pesca e a agricultura. Depois de algum tempo, o comércio de pescados começou a ter um bom movimento, assim como o de extração de pedras, hoje não mais existente. Atualmente o comércio local está crescendo. Os antigos armazéns deram lugar aos supermercados com uma significativa variedade de produtos. Lojas de calçados e de roupas têm enriquecido o comércio local.

O bairro é caracterizado como um espaço de transição entre dois extremos do centro da cidade: por um lado, assume a funcionalidade de uma cidade turística e de outro faz uma volta ao passado, às raízes, à cultura e à tradição. Quando se atravessa o rio de balsa, logo ao chegar às margens do bairro, é possível observar os diferentes traçados urbanos, formas de ocupação e estilos arquitetônicos que expressam distintos momentos históricos, com um forte conteúdo cultural da cidade. O cultivo das tradições e festas populares do bairro mantém um

⁸ As informações acima foram retiradas do PPP da Escola Gevaerd.

elo com as raízes do passado, passando de geração para geração. Atualmente o município construiu um Elevado para que pedestres e ciclistas possam fazer a travessia do Rio Camboriú com maior facilidade.

A Escola Francisca Alves Gevaerd possui três turnos sendo que o Ensino Fundamental do 6º ano ao 9º ano no período Matutino conta com 90 integrantes e do 4º ano ao 8º ano no período Vespertino conta com 88 integrantes. O Ensino Médio Inovador tem 120 integrantes que estudam no período Matutino e Vespertino, formando o que se chama de Ensino Médio Integral. No período Noturno possuímos o Ensino Médio Regular com 77 integrantes.

Quero aqui falar um pouco mais sobre o Ensino Médio Integral, pois sendo um Projeto Inovador ele já acontece a quatro anos nesta escola. O curso tem carga horária de 1300 horas anuais. As/os alunas/os frequentam as disciplinas curriculares e as inserções, que são contempladas com aulas de teatro, música, dança, vôlei, futsal e tênis de mesa.

No Ensino Médio Inovador as/os professoras/es participam de cinco aulas de planejamento, que nesta escola acontecem às quartas-feiras, no período da tarde. Reunimos o corpo docente com o objetivo de planejar os projetos que são desenvolvidos interdisciplinarmente, assim como atendimento aos pais e mães e aos/às alunos/as que necessitem de reforço nos estudos. Estas cinco aulas que dispomos estão inseridas na carga horária do docente. O EMI é um Projeto do Governo Federal que tem dado certo, com algumas restrições, mas com muita procura pelos pais e mães, os quais sentem a necessidade de ocupar o/a jovem com estudos que venham a contribuir com sua formação integral.

No ano de 2016 o corpo docente foi composto por 32 professoras/es e o setor administrativo contou com uma diretora geral, duas assessoras de direção, uma assistente de educação, uma assistente técnica pedagógica, uma professora reabilitada que atua na Biblioteca, uma professora de convivência, uma professora de projetos de leitura, dois professores na Sala de Informática e uma professora permutante, que atuou na Orientação Educacional. O corpo discente contou com 375 alunos. Também contamos com dois vigias e quatro serventes. A merenda servida as/os alunas/os é terceirizada.

A escola possui um Projeto Político Pedagógico que a cada ano é reformulado juntamente com a Comunidade Escolar, sempre visando a melhoria tanto das instalações como o desenvolvimento pedagógico. A escola possui um corpo atuante do Conselho Deliberativo, assim como a Associação de Pais e Professores. O Grêmio Estudantil é atuante e tem como prioridade colocar em prática a Rádio Escola. Os Projetos como o NEPRE, Alimentação Saudável (a escola possui uma horta), Jogos Escolares, e Democracia e Cidadania acontecem nos bimestres com a participação integral desde o Ensino Fundamental

ao Ensino Médio. A Escola conta com parcerias como Polícia Militar (com o PROERD), Rotary Clube (com Ações Sociais e também com palestras sobre Violência Doméstica), com a Secretaria de Saúde (com palestras sobre sexualidade), assim como palestras com integrantes da Guarda Municipal (sobre bullying)⁹.

De acordo com o PPP da escola, vários projetos são desenvolvidos no decorrer do ano letivo, mas o que me chamou atenção foi justamente não constar nada sobre a Lei 10639/03 e a Lei 11 645/08. Nas outras escolas em que atuei¹⁰, a Lei 10639/03 sempre é desenvolvida através de projetos que venham a dar visibilidade às questões étnico-raciais e indígenas. A partir disso que meu projeto de TCC do Curso Gênero e Diversidade na Escola não poderia ter sido outro que não o estudo da Lei Federal 10639/09 e, conseqüentemente, a produção de projetos que venham ao encontro das expectativas de toda a comunidade escolar.

Primeiramente fiz uso do livro Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro, de Rosa Margarida de Carvalho Rocha, onde reproduzi um questionário a ser respondido pelos/as educadores/as. O questionário em questão encontra-se nos anexos deste trabalho e, segundo as respostas obtidas, permitiu-se perceber que a escola Gevaerd se encontra na fase da invisibilidade e da negação quanto ao tema étnico racial. A conclusão foi que nossa escola ainda não conseguiu caminhar quanto à questão racial e que o tema ainda é tabu. Pensamos que podíamos nos manter “neutros/as”, sem ter nada a ver com essa questão e o silêncio foi a estratégia escolhida para isso. A população negra, que certamente está bem representada em nossa escola (levando em conta o número do censo escolar 2016), foi considerada “invisível”.

Muitos pais, na matrícula escolar, na hora de declararem a cor de seu filho/a, se declaram brancos. Percebe-se aqui o medo ou vergonha de assumirem-se negros ou pardos. Assim entendemos que nossas/os alunas/os estão perdendo a oportunidade de conviverem com valores essenciais para uma convivência harmônica na sociedade em que estão inseridos, independente da diversidade étnica. Mas também não podemos deixar de perceber que o assunto racial começou a ser discutido em nossa escola, ainda que maioria dos professores/as negue a existência do racismo e, mais ainda, no ambiente escolar. De acordo com as falas durante as reuniões de planejamento acredita-se, também, no falso mito da democracia racial; acredita-se que falar de racismo é incitar ódio entre raças; que as desigualdades são apenas econômicas. Mas, para “salvar” a situação, existe um/a ou outro/a professor/a que entende que

⁹ Baseado no Projeto Político da Escola Gevaerd, construído pela Comunidade Escolar, no Município de Balneário Camboriú, Santa Catarina.

as questões sobre africanidades são mais do que trabalhar o assunto no dia 13 de maio (dia da Abolição da Escravatura no Brasil) e no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra).

A cultura negra vira folclore e a verdadeira história de resistência do povo negro não tem servido como exemplo de luta pela cidadania a todos os alunos/as. Mas com os estudos que efetuamos esperamos que nossa escola reconheça a necessidade urgente de transformar a escola em um espaço de luta contra o racismo e a discriminação, que a comunidade escolar aprenda sobre conceitos e temas sobre os diferentes grupos sociais presentes na sociedade e que nossa realidade seja reconhecida e trabalhada. Projetos sobre a Lei Federal 10639/09 deverão ser desenvolvidos por todas/os em um grande trabalho interdisciplinar. Penso que é um bom começo!

Assim, diante da negação e da invisibilidade, mas com uma grande vontade de mudar e ter um novo olhar, iniciei, em outra reunião de planejamento, o estudo da Lei Federal 10639/03 que tem o seguinte teor:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.¹¹

A Lei Federal 10639/03 legitima a luta por direitos e por uma história não totalmente eurocêntrica, que sempre esteve pautada na figura de grandes heróis brancos, neste sentido, importa trazer para o debate, qual educação e história pretendemos ensinar aos nossos alunos e alunas. Qual história pretendemos perpetuar em nossa sociedade?

Segundo Munanga (2004, p. 18), é a partir desta reeducação que podemos compreender que temos uma tarefa complexa de atuação, em nós mesmos e na sociedade, de modo a possibilitar vivências mais respeitadas, antirracistas e a criação de espaços de desenvolvimento adequados aos nossos educandos/as. E, seguindo neste mesmo pensamento, Munanga (2004, p. 19) nos mostra que a escola deve ter o cuidado de repensar-se e avaliar-se sempre, a fim de não reforçar direta e/ou indiretamente ações e ideologias, utilizando-se do discurso da igualdade. Ou seja, a escola não pode assumir um papel de propagação do

chamado “mito da democracia racial”, que está atrelado à camuflagem e ao ocultamento da desigualdade racial no Brasil.

Os profissionais da educação são desafiados a lidar com a diversidade, a perceber o preconceito, que muitas vezes se manifesta de forma sutil, e nem sempre de forma intencional, deixa marcas na autoestima, na identidade e no desempenho escolar dos alunos e alunas. Isso, entre outros agravantes, evidencia a urgência de se perceber e tratar com seriedade e competência as questões de raça e gênero na escola.

E foi assim que os profissionais desta Unidade Escolar discutiram a necessidade de se pesquisar, de se estudar as questões étnicas raciais e trabalhar junto aos educandos/as não somente a inclusão dos deficientes, mas também incluir no currículo escolar o estudo sobre os povos indígenas, quilombolas, ciganos e afrodescendentes. Na realidade, este é um estudo que já estávamos visualizando com a Base Comum Nacional (2015)¹².

Portanto, nesta tarde de estudos os profissionais da educação sentiram-se partícipes deste processo, onde desenvolveram em conjunto oficinas com o intuito de fazê-los mais próximos da história dos afrodescendentes no Brasil. As oficinas transcorrem-se com a seguinte metodologia:

- Explanação, através de slides, sobre a Lei Federal 10639/03
- A cultura de descendência africana como a música, a culinária a religião a vestimenta, mostrada em slides.
- Oficina de bonecas Abayomis pela professora Marisa Borges
- Café temático: A cultura afro-brasileira em evidência nos costumes como alimentação, música, falas e dizeres como palavras que são oriundas da miscigenação. Toda uma decoração mostrada para que os educadores se inspirem e sintam que trabalhar com africanidades não é somente levar nossos educandos a construir bandeirinhas ou dançarem *hip-hop*, ou mesmo seguir os conteúdos excludentes dos livros didáticos, mas sim terem a percepção de que uma sociedade que é racista, mas não se vê como tal e tem a obrigação de desconstruir estes estereótipos, ensinando que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e que os direitos são para todas e todos, independentemente da cultura que se faça parte

¹¹ A Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

¹² Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em 14 de novembro de 2016.

- Oficina de Cinema: “O uso de filmes para trabalhar a questão étnico-racial na sala de aula”. Para essa oficina foi trabalhado com dois filmes nacionais de curta metragem: Vista a Minha Pele e O Xadrez das Cores
 - Foi usada a seguinte metodologia: Dividimos a sala em dois grupos, um grupo assistiu ao filme O Xadrez Das Cores e o outro grupo assistiu Vista a Minha Pele
 - Cada equipe após assistir ao filme produziu um cartaz colocando no mesmo a percepção que tiveram sobre o preconceito e a discriminação
 - Por fim, reuniram-se no grande grupo e socializaram seus trabalhos expondo nas suas falas o quanto discriminamos e pré-conceituamos com nossas atitudes, falas, olhares. Para uma escola que estava na invisibilidade, na negação da diversidade existente em nossa sociedade, posso dizer que é um bom começo!

Não é um projeto interdisciplinar que fará com que a comunidade escolar venha a modificar seus conceitos arraigados, não é um projeto que fará a mudança de consciência dos nossos/as alunos/as, mas, vejo que é obrigação nossa iniciarmos esse processo, mesmo que vejamos tantos empecilhos neste caminho. Percebo que a intenção de interferir no planejamento escolar de professores/as e alunos/as nem sempre acontece de forma tranquila, nem sempre a situação é favorável a quem idealiza, acreditando que tudo será perfeito.

Diante das leituras que fiz, vi que uma das preocupações dos especialistas é justamente não estudar as africanidades como se fosse um elemento apenas de se dançar, cantar ou usar vestimentas ou mesmo da alimentação. E sim que estudar africanidades, como bem escreve Gonçalves e Silva (2005, p. 156), significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como de todos descendentes de africanos.

Sei que não chegamos, com este projeto, ao que realmente se espera aprender sobre as questões étnico-raciais, ou mesmo mudar drasticamente preconceitos, mas foi uma sementinha que foi plantada nesta escola. E, este projeto, que no ano de 2016 foi elaborado pela comunidade escolar, vai para o Projeto Político Pedagógico e daqui para frente será obrigatório seu desenvolvimento anual.

Lopes (2005, p. 187), em seus escritos, nos esclarece que racismo, preconceito e discriminação são questões que devem ser abordadas na escola e ser incluídas no currículo de forma que os alunos/as possam identificar esses casos e combatê-los. Lopes (2005, p. 187)

ainda acrescenta que muitos/as professores/as não sabem como proceder nestas questões e que é preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pistas pedagógicas que coloquem professores/as e alunos/as frente a frente com novos desafios de aprendizagem. Como o objetivo deste TCC foi a mobilização da comunidade escolar diante da Lei 10639/03 e sua efetiva implantação, acrescento, anexo neste trabalho, o Projeto Africanidade, elaborado pela equipe multidisciplinar da Escola de Educação Básica Professora Francisca Alves Gevaerd.

CAPÍTULO 3

SUELI A QUILOMBOLA E A OBRIGAÇÃO DO ESTUDO DA LEI 10639/03 NA ESCOLA

O objetivo geral deste TCC foi o de trabalhar a lei 10639/03 na Escola de Educação Básica Professora Francisca Alves Gevaerd. A lei, apesar de aprovada e sancionada, não está sendo implementada como deveria. Especificamente neste caso, a escola possui em seu Projeto Político Pedagógico projetos ligados ao esporte, à saúde, gincana cultural assim como africanidades. Todos os projetos são anualmente desenvolvidos pela comunidade escolar, menos o da africanidade, que não é trabalhada como contempla a lei, que estabelece obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, assim como revisão nos currículos escolares e a qualificação dos professores/as em seu aperfeiçoamento pedagógico.

Portanto seguindo na linha de pensamento de Santos (2005, p. 33) a legislação federal é bem genérica e não se preocupa com a implementação adequada e nem estabelece metas para tal. E, continua Santos (2005, p.33), que ao que parece, a lei federal, indiretamente, joga a responsabilidade do ensino supracitado para os professores/as, fazendo depender da vontade e dos esforços destes que o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira seja ministrado em sala de aula.

Diríamos que depende de toda a comunidade escolar essa boa vontade de trabalhar com a lei, mas, sem dúvida, são os/as professores/as que terão este papel fundamental, e acredito que, apesar da resistência que encontramos por parte dos/as docentes, existem vários cursos e uma vasta literatura que trata sobre como se trabalhar com a História e Cultura Afro-Brasileira. O que se precisa é divulgar e foi assim que foi levado para a escola o conhecimento da lei e de como utilizá-la com seriedade no currículo escolar.

O Projeto Africanidades havia sido trabalhado exatamente oito anos atrás e poucos dos professores da época ainda permanecem na escola. A maioria aposentou-se e hoje temos mais de 60% do corpo docente em regime temporário. Muitos ouviram falar, outros nunca, e a maioria não tem interesse – “isso é para a Disciplina de História trabalhar” – foi o que se ouviu. Portanto a sensibilização é necessária para que toda a comunidade escolar possa tomar conhecimento e perceber-se comprometida com ações que venham a modificar as questões étnicas raciais.

No início deste trabalho minha preocupação foi com a sensibilização junto aos/aos educadores/as para que eles/as primeiro tivessem interesse e percebessem a necessidade da

importância do tema, da importância de se implementar a Lei 10639/03 na escola junto aos alunos/as, mostrando a eles/as que a História do Brasil nasceu da diversidade e que essa mesma diversidade não deveria ser motivo de exclusão e sim de respeito. Respeito pelo/a outro/a, respeito pela luta que foi empreendida pelo povo brasileiro, e assim partir para o coletivo escolar. Enquanto estava escrevendo este TCC, o Projeto Africanidades estava se desenvolvendo na escola e a sensibilização continuava para que a mobilização viesse ao encontro da efetivação da lei.

Foi continuando com este pensamento que recebemos, no dia 16 de novembro de 2016, a senhora Sueli Marlete Leodoro, presidente da Associação Quilombola do Morro do Boi. Sueli iniciou seu relato falando sobre o reconhecimento concedido por parte da Fundação Cultural Palmares ao Morro do Boi, atestado-o como remanescente de quilombo. O reconhecimento final pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), continua Sueli, responsável pela elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação das comunidades, ainda está em tramitação, desde 2007.

Sueli Marlete é tia de Fernando Leodoro Maia, aluno desta escola que cursa o terceiro ano do Ensino Médio e é morador do Quilombo Morro do Boi. Foi através de Fernando que entramos em contato com Sueli e a convidamos para que fizesse uma fala a respeito do Quilombo. Mulher, dona de casa, mãe, ativista negra, estudante, trabalhadora da roça e auxiliar de serviços gerais em um jornal da cidade. Esta mulher, alta, negra, imponente que adentrou a sala onde iria proferir sua fala, deixou todas e todos admiradas/os e, imediatamente, nos veio a pergunta: quem é esta mulher que vem com firmeza e se prontifica a falar sobre o Quilombo? Sueli foi apresentada pela professora de História, Maria Aparecida Pezzatti¹³, concluindo que os presentes ali eram professores/as e que gostariam de ouvi-la falar.

Sueli relata que foi o Projeto de Extensão da Univali “O Direito vai à rua” que os assessorou para que a certificação do quilombo acontecesse, juntamente com Movimentos de Negros de Itajaí. A preocupação com os moradores da comunidade, como ela assim identifica, com as mães que precisavam trabalhar e sem condições de levar suas crianças nas creches pois a comunidade era esquecida pelo poder público, foi o que a fez ir em busca de mais visibilidade para o local e para o seu povo. Assim nasceu o Quilombo Morro do Boi, pela vontade extrema de uma mulher que não aceitava sua condição de excluída. O Quilombo foi

¹³ Professora Maria Aparecida Pezzatti é graduada em História pela Univali em 1991, pós-graduada pela Aupex em Diversidade Etnicorracial no ano de 2011, professora e coordenadora do Projeto Africanidades na EEB Francisca Alves Gevaerd no ano de 2016.

criado e as mulheres continuaram trabalhando com afinco e articulando os Movimentos Negros, como o grupo Afro de Itajaí que é parceiro para promover eventos com o intuito de arrecadarem fundos para a associação. São essas ligações, segundo Sueli, que os fortalecem na luta por melhorias.

Sueli é uma mulher de fala simples, mas com muita sabedoria, principalmente quando relata sobre ser quilombola e se sentir pertencente àquele lugar e amar sua origem, se reconhecer como negra, e principalmente quando fala de sua filha:

Eu tenho uma filha que há dez anos não se reconhecia como negra, ela não se reconhecia, por ser mais clara e quando meu irmão chamava ela de negrinha do tio era uma bronca.

Munanga (2004, p. 52) nos diz que parece ser simples definir quem é negro no Brasil. Mas num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro. Vimos isso tão claramente quando Sueli nos disse que sua filha tinha bronca quando lhe chamavam de “negrinha”. Quando disse que para ser quilombola tem que se sentir pertencente, mas que sabia também que isso se deu pela falta de informação. Foi então que receberam a presença do professor José Bento Rosa da Silva¹⁴, que lecionava História na Univali, e, para Sueli, a vinda do professor Bento, como é carinhosamente chamado, foi o momento de grandes mudanças na comunidade:

Quando o professor Bento veio na comunidade, começou a falar da África de uma maneira diferente. Ela (filha) mudou o conceito dela, da mesma maneira que eu também mudei meu conceito, porque meu pai falava de negro de uma maneira ruim. Criança não quer ouvir desgraça, criança não quer ouvir que parente era amarrado e chicoteado até a morte. Então era a mesma maneira que ela não queria ouvir. E quando a gente começou com o processo a gente falava e ela ficava sempre desconfiada e aí quando o Professor Bento teve aqui mostrou uma maneira diferente, no outro dia ela não era mais branquinha, ela era negra.

Podemos perceber que a falta de informação leva ao preconceito e a negação de suas raízes, o quanto a escola falha quando não valoriza as múltiplas identidades que fazem parte da comunidade escolar, quando não se prioriza um currículo que leve os/as alunos/as a reconhecer suas origens. A história de Sayonara, filha de Sueli, é uma prova do descaso que

¹⁴ José Bento Rosa da Silva possui graduação em História pela Fundação do Polo Regional do Vale do Itajaí (1985), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994) e doutorado em História

sempre foram tratadas as questões étnico-raciais, e ainda o são. Mas Sueli continua seu relato que emociona quem tem sensibilidade para perceber sua luta pela visibilidade de seu povo:

Valoriza? Muito, portanto valorizou tanto que esta mesma menina escreveu este livro (apresentou o livro que sua filha Sayonara escreveu com ajuda de professores, capa em anexo). Teve esse incentivo para que colocasse nele tudo o que via, ouvia e vivia na sua comunidade, sempre registrando, pois, tudo era muito importante.

Sayonara é motivo de orgulho para Sueli, pois hoje está fazendo universidade. É primeira da comunidade fazendo curso superior e lhe enche de orgulho. Assim como Sueli, que hoje faz o curso de Jovens e Adultos para dar continuidade aos seus estudos e descreve a importância de se trabalhar com a Lei 10639/03;

(...) pois tive que trabalhar desde os 13 anos de idade, meus irmãos fizeram até o segundo grau, o mais velho não, então isso me enche de orgulho muito em saber que uma menina lutou (Sayonara), que uma menina conseguiu, que uma menina cresceu e através de tudo isso, é através da lei 10639 que tá pedindo e obrigando as escolas implementar a história afro nas escolas.

Sueli faz uma denúncia quando nos apresenta os livros “A África está em Nós”¹⁵, que as escolas receberam e não usam, como instrumentos de trabalho para valorizar a cultura e história da África. A população afrodescendente no Brasil tem características culturais marcantes que precisam ser estudadas e hoje não podemos mais afirmar que existe ausência positiva das identidades negras nos livros didáticos, como bem mostrou Sueli. Literatura tem e é bem vasta, basta os professores/as terem boa vontade de trabalhar. Sabemos que a busca por fontes sobre africanidades depende da mobilização de nós educadoras/es, e que as experiências que são geradas a partir do momento em que estas fontes vão sendo descobertas nos levam a ações que visivelmente mudam atitudes, olhares, gestos. Assim Gonçalves e Silva (2005, p. 169) nos mostram que devemos sim ir a busca pois estas fontes,

(...) nos levam ao convívio com a comunidade negra, ao cultivo da memória da experiência de ser descendente de africanos no Brasil, ao intercâmbio com grupos do Movimento Negro, à familiaridade com obras de autores negros e também não negros, que permitam entender a realidade das relações Inter étnicas em nosso país.

pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Informações coletadas via Currículo Lattes em 18 de outubro de 2016.

¹⁵ BENJAMIM, Roberto. [et al]. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira**: ensino fundamental, livro 3. 2ª edição João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2010.

E como não deixar de se emocionar diante de tanta luta? Se é a busca de nossas raízes motivo de entender a realidade que nos rodeia e que muitas vezes negamos por simples comodismo de não tentarmos mudar. Assim como Sueli, que se fortalece dia a dia na sua comunidade, nas experiências que empreende, nas escolas por onde é convidada a falar. Falar do quilombo é falar da família, dos filhos e de sua urgência em aprender e ensinar, em mostrar para todos/as que como mulher quer ajudar a valorizar sua etnia, seu povo, sua descendência. Então não posso me furtar de colocar aqui essas palavras que tanto me fizeram pensar o quanto estamos em dívidas, por tanto tempo termos ficado na negação de nossas culturas. O relato final de Sueli mostra uma mulher negra, corajosa que nos deixa um recado:

O que eu quero? Que eu me assuma como negra. O que eu quero é respeito. O que eu quero é que uma criança nossa, quando chega aqui na escola, seja respeitada. O que eu quero é que os professores dêem uma aula, não só uma aula açoriana, mas dêem uma aula de africanos, que abram esse espaço, isso é importante. É importante que a gente já perdeu tanta raiz, tanta que eu acho que está na hora de resgatar um pouco. Eu acho que isso vai favorecer minha filha, que está na faculdade, vai favorecer o Fernando que está estudando aqui... São essas coisas que a gente gostaria de ter respeito, de ter quando um aluno trazer algo para a escola, que seja valorizado.

Então, como não dar continuidade a este trabalho de valorização das diversas etnias existente em uma escola? Não seríamos educadores/as se nos omitíssemos, se continuássemos na invisibilidade. E, diante desta mobilização, surge o Projeto Africanidades na Escola Gevaerd, com muitas reticências, mas com muito mais resistências e com muitos embates. Com muita luta por aqueles que acreditam que a escola precisa abrir suas portas para as mudanças, por aqueles que acreditam em uma educação voltada para a criança e o jovem que quer ser respeitado em suas individualidades, respeitado em suas convicções, e sempre os levando a compreender as possibilidades de sentir-se pertencendo ao mundo que os rodeia.

Quanto ao projeto desenvolvido e diante das produções apresentadas pelos/as alunos/as, posso dizer que as performances, os desenhos, as poesias, as danças os/as levaram a entenderem esta nova África, permeada de culturas múltiplas que, conectadas ao seu mundo, tornam-se muito próximas e que as experiências vividas pelos povos africanos não diferem das experiências vividas por eles/as. As pesquisas empreendidas juntamente com seus/suas professores/as, interagindo com alunos/as, mãe e pais, redes sociais e igreja mostrou a diversidade existente e uma história que nunca foi contada. Como atenta

Chimamanda Adichie¹⁶, até que os leões contêm sua própria história, a memória sobre eles será sempre a dos caçadores. Está mais do que na hora de ouvirmos histórias da África que sempre foram ditas, mas nunca ouvidas. Que nossas possibilidades de discutir Áfricas se ampliem¹⁷.

¹⁶ Chimamanda Ngozi Adichie é uma escritora nigeriana, reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras anglófonas que está tendo sucesso em atrair uma nova geração de leitores de literatura africana. Retirado de Wikipédia, Enciclopédia Livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chimamanda_Ngozi_Adichie. Acesso em 26 de novembro de 2016.

¹⁷ Paulino de Jesus Francisco Cardoso possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) e doutorado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para escrever as considerações finais deste Trabalho de Conclusão de Curso, me reporto um pouco à minha profissão de professora da disciplina de História e simpatizante das causas sociais. Na graduação tive a oportunidade de conviver com professores que me ensinaram a denunciar a intolerância e a violência, sempre lutar pelo direito à liberdade e pelas decisões coletivas, me ensinaram a me indignar contra todos os atos arbitrários para que as dignidades fossem sempre respeitadas e, conseqüentemente, os preconceitos abolidos. Não sei se conseguiremos abolir os preconceitos, mas sei que podemos sim diminuí-los. Com este trabalho eu desejei que a comunidade escolar do Bairro da Barra, professoras/os, mães e pais, alunas/os, agentes de serviços e merendeiras conhecessem uma outra história, uma história de um povo que fez e faz história e que quer fazer parte do todo. Eu desejei que Sueli, a Quilombola, tenha muita força para continuar sua luta por visibilidade e respeito para toda a sua comunidade. Eu desejei que meus colegas de trabalho descessem de seus pedestais de orgulho e arrogância para perceberem que não temos diferenças e que essas diferenças, se existem, não significam nada diante dos olhares ansiosos por aprender mais e se sentir pertencente. Eu desejei sim ver nossas/os alunas/os felizes por estarem pesquisando e estudando essa outra história. E produzindo músicas, danças, pinturas e máscaras de um povo que eles descobriram, apesar das adversidades, alegres, coloridos e felizes.

Sei que não era assim que deveria acontecer, temos antes de qualquer festividade em uma escola a obrigação de passar o conhecimento científico. E percebi a maior dificuldade de nós professoras/es em trabalhar um tema transversal com o saber científico. A interdisciplinaridade não é entendida quando não conseguimos deixar nossos conteúdos para abraçar os conteúdos de nossos colegas. Ainda a escola trabalha na individualidade e, enquanto não conseguirmos entender que estamos ensinando um ser completo, que não vai viver separado só com a matemática como a física ou química ou mesmo com a filosofia e tantas outras disciplinas que ensinamos, não conseguiremos realmente abolir os preconceitos, não conseguiremos fazê-los respeitar as diferenças.

Não deixa de ser um desabafo que faço no final deste TCC. Pois foram dois anos de curso, onde também tive professoras/es que me ensinaram a respeitar as diferenças de classe, de etnia, de gênero, de geração e de credo religioso, e o que aprendi tenho a obrigação de levar adiante. Mas também sei que aprender requer conhecimento e que tudo é muito lento, e

que se algo foi plantado o retorno certamente virá. Quanto aos nossos educandos/as que seja disseminado o que aprenderam que realmente faça a diferença e que tudo deve continuar. Minha proposta é de continuar. Este ano o tema foi étnico racial, mas quero, com todas as minhas forças, falar sobre sexualidade, sobre gênero e sobre violência nas escolas, continuando nesta luta infindável, mas como uma profícua plantação, onde as sementes deverão ser jogadas, cuidadas e colhidas. E, como amante da história, dizer que quero fazer história estando no mundo dos vivos onde cabem vários mundos. Axé!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Revista Periódicos**, n. 3, v.1; maio-outubro de 2015. In: GROSSI, Miriam Pilar; GARCIA, Olga Regina; MAGRINI, Pedro Rosas (editores). **Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola**. Livro IV – Módulo IV 8. Noções de raça, racismo, etnicidade e desigualdade racial 9. Gênero, raça e diversidade. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. **Revista Estudos Feministas**, nº14, v.1; janeiro-abril 2006. In: GROSSI, Miriam Pilar; GARCIA, Olga Regina; MAGRINI, Pedro Rosas (editores). **Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola**. Livro IV – Módulo IV 8. Noções de raça, racismo, etnicidade e desigualdade racial 9. Gênero, raça e diversidade. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. “Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras”. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando a raça. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul. -set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2016.

GUIMARES, Antonio Sergio Alfredo. Cor e Raça e outros conceitos analíticos, in: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (orgs.). **Raça: Nova Perspectiva Antropológica** – 2ª edição revisada. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

MAGGIE, Yvonne. Pela igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 897, jan. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300011>>. Acesso em 20 de junho de 2016.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 16, n. 3, pp.887-896, 2008.

SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (orgs.). **Raça: Nova Perspectiva Antropológica** – 2ª edição revisada. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

STOLK, Verena. “Gênero, Raça, e Diversidade no Cotidiano Escolar: O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo e sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX.” In: GROSSI, Miriam Pilar; GARCIA, Olga Regina; MAGRINI, Pedro Rosas (editores). **Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola**. Livro IV – Módulo IV 8. Noções de raça, racismo, etnicidade e desigualdade racial 9. Gênero, raça e diversidade. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque Pedagógico afro-brasileiro. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

TASSINARI, Antonella. Produzindo corpos ativos: A aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, jul. /Dez. 2015.

VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCO, Lauro. “Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação.” **Revista Estudos Feministas**, n. 17; v. 3 setembro-dezembro de 2009. In: GROSSI, Miriam Pilar; GARCIA, Olga Regina; MAGRINI, Pedro Rosas (editores). **Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola**. Livro IV – Módulo IV 8. Noções de raça, racismo, etnicidade e desigualdade racial 9. Gênero, raça e diversidade. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

ANEXOS

Anexo 1

Projeto Africanidades

Tema: Africanidades

Problematização: Uma intervenção na escola: Que resultados obter?

Justificativa: A introdução da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana no Currículo da Educação Básica significa incluir a questão racial como objeto de estudos e reflexão de acordo com a Lei 10639 de 2003. Esta lei representa um passo importante no caminho de uma pedagogia e de uma didática que valoriza a diversidade étnico-racial, implicando em mudanças de posturas na direção de uma educação promotora de igualdade social. Mais que pensar a reorganização das disciplinas há que se pensar como o cotidiano escolar em seus tempos, espaços e relações podem ser vistos como um espaço coletivo de aprender a conhecer, respeitar e valorizar as diferenças, o que é fundamental para a construção da identidade dos envolvidos no processo educacional.

A temática racial precisa ser tratada de modo a que se reduzam os estereótipos e a reprodução de modelos que inferiorizam pessoas que são identificadas como negras e negros. A Escola como espaço da sociedade deve promover o desenvolvimento da aprendizagem solidária e enriquecer laços comunitários que venham a firmar o respeito às diferenças.

A partir do século XVII milhares de africanos foram retirados de suas terras e transferidos como trabalhadores para as colônias americanas. De lá para cá, os africanos e seus descendentes os chamados afro-americanos tem participado ativamente da construção da História das Américas pelo seu trabalho, sua cultura e suas lutas por justiça e liberdade.

Não é mais possível delegar ao educador/a negro/a militante ou ao professor/a de História a tarefa de alterar a realidade educacional em relação à temática étnico-racial, assim como sabemos que nem todos/as estão preparados para trabalhar o tema. Então, diante destes dados é que os educadores/as propõem desenvolver um Projeto Interdisciplinar sobre Africanidades.

Sabemos que o combate ao racismo e à discriminação também se faz na escola, e para isso é necessário que nós educadores/as entendam que esta é uma questão que não diz respeito

apenas àqueles /as que são discriminados/as, mas à escola como um todo, em sua função de educar para um mundo menos desigual, menos discriminatório e mais justo.

Nossa proposta de trabalhar o tema o qual estamos desenvolvendo para um bimestre escolar é ter um novo olhar, ressignificando nossos conceitos e dando visibilidade as questões étnico-raciais com uma quase certeza de que respeitando nossas diferenças possamos ser tratados igualmente como sujeitos de direitos.

Objetivo Geral: Conhecer a Lei 10639/03, ressignificando os conceitos que temos de racismo, preconceito, discriminação, disponibilizando aos educandos/as suporte metodológico para um estudo das questões étnico-raciais na Escola de Educação Básica Professora Francisca Alves Gevaerd.

Objetivos Específicos:

- pesquisar a história e geografia de alguns países africanos
- confeccionar murais e painéis com pinturas
- degustar a comida de base africana
- dançar, cantar e teatralizar a cultura afro-brasileira
- confeccionar e brincar com os jogos infantis
- desfilar com roupas e acessórios da moda africana
- confeccionar máscaras africanas
- estudar as doenças como a Anemia Falciforme ou hepatite
- assistir filmes que mostrem a exploração que sempre sofreu o Continente Africano

Metodologia:

A luta por processos de formação humana integral não é algo novo, faz parte da experiência de sobrevivência de mulheres e homens que historicamente buscaram ampliar sua compreensão de mundo, seus conhecimentos e saberes.

A busca pela Formação Integral é, portanto, parte da experiência humana na qual a escolarização vai ocupando lugar central, e a educação é, nesse sentido, expressão do desejo e do direito humano fundamental. O currículo, por sua vez, entendido como constituinte e constitutivo do percurso formativo, torna-se expressão material desse direito e o sujeito o sentido último e finalidade principal da formação. Assim, a formação integral continua sendo um dos mais importantes e antigos projetos humanos.

A educação formal, com a adjetivação “integral”, constitui uma luta contemporânea que representa uma alternativa para o avanço da sociedade em relação aos atuais limites da escola. Mais do que a noção de educação integral, o que está posto na atualidade é como a escola enquanto instituição social moderna pode cumprir a tarefa de promovê-la (SANTA CATARINA, 2014, p. 25).

De acordo com a Nova Proposta Curricular de Santa Catarina o Projeto Africanidade da Escola Gevaerd tem a obrigatoriedade de aproveitar todas as potencialidades dos jovens com práticas pedagógicas que considerem a importância do desenvolvimento integral desses jovens.

Continuando com o pensamento da Proposta Curricular e a Escola, o professor é o organizador da atividade e por isso sabe o que está em jogo no espaço da sala de aula: os conceitos e os conteúdos que permitem sua apropriação, as principais dificuldades em apreendê-los, as respostas que indicam se o conteúdo está sendo aprendido ou não, e as ações necessárias para redirecionar a busca de um nível mais avançado de conhecimento. Então não se concebe um Projeto Escolar sem utilizarmos as áreas do conhecimento assegurando o reconhecimento da diversidade humana sempre auxiliando na construção de uma prática pedagógica democrática e igualitária.

Professores envolvidos: Do Ensino Fundamental Séries Iniciais; Ensino Fundamental Séries Finais; Ensino Médio Inovador; Ensino Médio Regular. Em um total de 35 professores, uma diretora, duas assessoras, duas técnicas pedagógicas, três membros da APP, dois membros do Conselho Deliberativo.

Ações que serão desenvolvidas pelas áreas de conhecimentos:

Áreas de Linguagens (Artes; Língua Portuguesa; Língua Estrangeira, Educação Física)

- Poesia: Os Ventos dos Orixás
- Dança: Aguas de Oxum
- Música: Coral de alunos/as com a música “oiô mi maiô”
- Tradução para o inglês da poesia Os Ventos dos Orixás
- Máscaras africanas e a religiosidade que as mesmas representam
- Murais com pinturas de africanas representando a vida cotidiana
- Tradução do português para o inglês das palavras que comumente usamos no Brasil e analisar quais tem tradução ou não

Áreas de Ciências Humanas (História; Geografia; Filosofia; Sociologia)

- A influência mundial do vestuário e acessórios dos diversos países africanos, desfile de roupas, acessórios, cabelo, turbantes e outros
- Pesquisa sobre os diversos dialetos africanos e os desenhos adinkas construindo um painel com os desenhos
- Estudo através da pesquisa sobre os Movimentos Negros no Brasil durante a Ditadura Militar com a montagem de um vídeo

- Pesquisa e análise do trabalho escravo no Brasil e a contribuição da cultura africana, apresentando um relatório da análise
- Filme Amistad (30 min de filme) trabalho com mapas do Brasil e Continente Africano, identificando as regiões do Continente onde houve a diáspora forçada
- Estudo e análise do Regime de Segregação do Apartheid,
- Pesquisa sobre os aspectos físicos do Continente Africano
- Filme Mandela, confecção de mural com frases históricas do personagem
- Influência da Cultura Africana
- Pesquisar os Filósofos do Continente Africano

Ciências da Natureza e Matemática (Matemática; Física; Química; Biologia)

- Confecção de tijolos de adobe, identificando as moradias em regiões de extrema pobreza dos países africanos
- Produção de sabão dando ênfase na situação de carência das famílias e o descarte consciente de óleo de cozinha
- Pesquisa e estudos das doenças como a Anemia Falciforme, Hepatite, e outros, confeccionando folders sobre as pesquisas
- A alimentação de base africana, experiências com pratos confeccionados para degustação
- Confecção de jogos e brincadeiras criado por crianças africanas e crianças afro brasileiras
- Trabalhar as diferenças respeitando sua identidade (filme Khumba)

Cronograma: Um bimestre escolar, culminando com as apresentações artísticas no dia 22 de novembro de 2016.

Local: Ginásio da Escola

Horário: 9h Arrumação dos estandes

12h Almoço (feijoada)

13h30min Início das Apresentações Artísticas

Descrição:

Para esta culminância teremos o almoço uma feijoada,

Dança africana com o Núcleo da Terceira Idade do Município de BC,

Projeto Oficinas de BC com o Grupo de Capoeira e dança

Estamos esperando resposta do Grupo Millenniun de Itajaí

Estamos tentando entrar em contato com o Grupo Latarte de Camboriú.

Estamos tentando trazer o Grupo de Maracatu do quilombo do Morro do Boi

Dança, teatro e canto apresentado pelos nossos/as alunos/as das oficinas, desfile de moda com as vestimentas afro -descendentes

Apresentações dos Painéis Temáticos

Mostra das pesquisas realizadas pelos alunos

Avaliação: Avaliação individual de cada professor conforme o seu trabalho com a turma.

Referências:

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando a raça. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-Set 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2016.

GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTA CATARINA. Proposta Curricular. 2014. Disponível em: www.propostacurricular.sed.sc.gov.br. Acesso em 14 de novembro de 2016.

Anexo 2

Questionário aplicado na escola. O resultado foi da negação e da invisibilidade.

Retirado de: ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

Faça o teste e descubra que tipo de educação sua escola prioriza
Etnocêntrica ou anti-racista?



Em minha escola...

Marque um x na alternativa que corresponde à realidade de sua escola

A

B

C

1	<p>A trajetória histórica do negro é estudada...</p> <p>a - No 13 de Maio, no mês do folclore, no 20 de Novembro. b - Como conteúdo nas várias áreas que possibilitem tratar o assunto. c - Não é estudada.</p>			
2	<p>Acredita-se que o racismo é para ser tratado...</p> <p>a - Pedagogicamente pela escola. b - Pelos movimentos sociais. c - Quando acontecer algum caso evidente na escola.</p>			
3	<p>A cultura negra é...</p> <p>a - Estudada como rico folclore do Brasil. b - Um instrumento da prática pedagógica. c - Quando vira assunto na mídia.</p>			
4	<p>O currículo...</p> <p>a - Baseia-se nas contribuições das culturas europeias representadas nos livros didáticos. b - Constrói-se baseado em metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos. c - Procura apresentar aos alunos informação também sobre os indígenas e negros brasileiros.</p>			
5	<p>O professor...</p> <p>a - Posiciona-se de forma neutra quanto às questões sociais. É o transmissor de conteúdos dos livros didáticos e manuais pedagógicos. b - Reavalia sua prática refletindo sobre os valores e conceitos que traz introjetados sobre o povo negro e sua cultura, repensando suas ações cotidianas. c - Tem procurado investir em sua formação quanto às questões raciais.</p>			
6	<p>Trato das questões raciais...</p> <p>a - É feito de forma mais generalizada pois a escola não tem possibilidade de incidir muito sobre elas. b - É contextualizado na realidade do aluno, levando-o a fazer uma análise crítica dessa realidade, a fim de conhecê-la melhor, e comprometendo-se com sua transformação. c - Não é considerado assunto para o interior da escola.</p>			



7	<p>As diferenças entre grupos etnoculturais...</p> <p>a - Não são tratadas, pois podem levar a conflitos.</p> <p>b - Servem como reflexão para rever posturas etnocêntricas e comparações hierarquizadoras.</p> <p>c - É mostrada como diversidade cultural brasileira.</p>			
8	<p>As situações de desigualdade e discriminação presentes na sociedade são...</p> <p>a - Ponto para reflexão para todos os alunos.</p> <p>b - Ponto para reflexão para os alunos discriminados.</p> <p>c - Instrumentos pedagógicos para conscientização dos alunos quanto à luta contra todas as formas de injustiça social.</p>			
9	<p>Acredita-se que, para fortalecer o reconhecimento, a aceitação e respeito à diversidade racial, deve-se...</p> <p>a - Promover o orgulho ao pertencimento racial de seus alunos.</p> <p>b - Procurar não "chamar atenção" para as visões estereotipadas sobre o negro em livros, produções e textos existentes no material didático.</p> <p>c - Promover maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras.</p>			
10	<p>Quanto à expressão verbal...</p> <p>a - Acredita-se que a linguagem usada no cotidiano escolar tem o poder de influir nas questões de racismo e discriminação.</p> <p>b - Usam-se eufemismos para se referir ao pertencimento racial dos alunos, para não ofendê-los.</p> <p>c - A linguagem não tem influência direta nas questões raciais.</p>			
11	<p>Quanto ao trabalho escolar...</p> <p>a - Alguns professores falam da questão racial na escola, em determinadas etapas do ano letivo.</p> <p>b - Existe um trabalho coletivo com a participação de todos, inclusive direção e funcionários.</p> <p>c - Existe resistência dos professores para tratar a questão racial, quanto à luta contra todas as formas de injustiça social.</p>			
12	<p>Quanto à biblioteca...</p> <p>a - Existem muitos e variados livros que tratam sobre a questão racial e que contemplam alunos e professores.</p> <p>b - Existem alguns títulos de livros (2 ou 3) que contemplam a questão racial.</p> <p>c - Não existe literatura que contemple a questão racial.</p>			
13	<p>Quanto à capacitação dos professores sobre a questão racial...</p> <p>a - Ainda não se teve oportunidade de se estudar sobre a questão.</p> <p>b - Algumas vezes no ano fazemos cursos e/ou grupos de estudo sobre a questão racial.</p> <p>c - Têm procurado incorporar o assunto nas discussões reuniões pedagógicas, grupos de estudo e momentos de formação.</p>			

CHAVE DE CORREÇÃO



Coloque um ponto em cada quadrinho em que sua resposta coincidir com a chave de correção.

De acordo com os pontos obtidos, identifique as características de sua escola: ela promove uma educação etnocêntrica ou anti-racista?

1- A	1	B	2	C	0	=	<input type="checkbox"/>
2- A	2	B	0	C	1	=	<input type="checkbox"/>
3- A	0	B	2	C	1	=	<input type="checkbox"/>
4- A	0	B	2	C	1	=	<input type="checkbox"/>
5- A	0	B	2	C	1	=	<input type="checkbox"/>
6- A	1	B	2	C	0	=	<input type="checkbox"/>
7- A	0	B	2	C	1	=	<input type="checkbox"/>
8- A	1	B	0	C	2	=	<input type="checkbox"/>
9- A	2	B	0	C	1	=	<input type="checkbox"/>
10- A	2	B	0	C	0	=	<input type="checkbox"/>
11- A	1	B	2	C	0	=	<input type="checkbox"/>
12- A	2	B	1	C	0	=	<input type="checkbox"/>
13- A	0	B	1	C	2	=	<input type="checkbox"/>

De 0 a 6 pontos



Sua escola está na fase “da invisibilidade”

Sua escola ainda não conseguiu caminhar quanto à questão racial. O tema ainda é tabu. Ela pensa que pode se manter “neutra”, sem ter nada a ver com esta questão; o silêncio foi a estratégia escolhida para isso. A população negra, que certamente está bem representada em sua escola (levando-se em conta que, segundo o IBGE 2001, ela representa 45% da população brasileira), é considerada “invisível”. Todos os alunos estão perdendo a oportunidade de formação de valores essenciais para uma convivência harmônica em sociedade. Que pena!

De 7 a 18 pontos



Sua escola está na fase da “negação”

O assunto racial começa a ser discutido em sua escola. Mas a maioria dos professores nega a existência do racismo na sociedade e, mais ainda, no ambiente escolar. Acredita-se, também, no falso mito da democracia racial; que falar de racismo é incitar ódio entre raças; que as desigualdades são apenas econômicas. Mas, para “salvar” a situação, existe um ou outro professor que teima em colocar o assunto no 13 de Maio e no 20 de Novembro, não é mesmo?

A cultura negra vira folclore e a verdadeira história de resistência do povo negro não tem servido como exemplo de luta pela cidadania a todos os alunos.

De 19 a 24 pontos

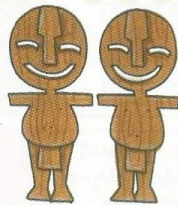


Sua escola está na fase do “reconhecimento”

Muito bem! Sua escola está no itinerário correto! Reconhece a necessidade urgente de transformar a escola em um espaço de luta contra o racismo e a discriminação. Os alunos aprenderam conceitos e temas sobre os diferentes grupos sociais presentes na sociedade. A realidade do aluno é reconhecida e trabalhada. Projetos de trabalho são empreendidos sobre a questão racial.

É um bom começo! Continuem a enfrentar esse belo desafio!

26 pontos



Sua escola está na fase do “avanço”

Parabéns! Sua escola avançou bastante no itinerário de construir-se verdadeiramente democrática. Visualiza com dignidade os diversos grupos que compõem nossa sociedade. Usa as suas contribuições como ferramentas pedagógicas no trato da diversidade sócio racial e cultural brasileira. Certamente, os alunos negros de sua escola têm uma elevada auto-estima e orgulho de seu pertencimento racial. Todos os alunos reconhecem, bem claro dentro de si, a necessidade de respeitar as diferenças e sabem que diferença não quer dizer superioridade nem inferioridade: é apenas diferença.

Anexo 3

Fotos

Intervenção junto às/os professoras/es







Oficinas oferecidas aos alunos/as





Visita de Sueli a Quilombola (fala aos professores/as)



Apresentação do Projeto Africanidades



A religião e o fascínio das máscaras



A feijoada



Quarto ano e as Histórias Infantis



A música, a oração, a dança!







Livro de Sayonara, filha de Sueli

